

PRESERVAR PRA QUEM? AS CONTRADIÇÕES NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO-INDUSTRIAL EM CAMPINAS (SP)

Rafael Roxo¹

Universidade de São Paulo

Enviado em 15 jun. 2020 | Aceito em 8 mai. 2021

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a relação entre a reestruturação urbano-industrial e os conflitos na conservação do patrimônio industrial de Campinas. A análise privilegia o final dos anos 1970 até 2014, anos de intensificação dos processos destacados. Nossa pesquisa teve como procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica, trabalhos de campo, entrevistas, pesquisa documental, produção cartográfica. O estudo mostra que, em Campinas, o elevado número de tombamentos associados à dimensão cotidiana do trabalho indica uma tendência política de preservação da memória trabalhadora, ferroviária e industrial. Entretanto, muitos dos tombamentos contribuíram contraditoriamente para a deterioração de exemplares do patrimônio industrial da cidade. Nesse sentido, os projetos e as ações impelidas pelos agentes produtores do espaço urbano de Campinas – o poder público municipal, os empresários, os moradores (antigos e novos), as instituições e os grupos políticos de defesa do patrimônio – evidenciam os conflitos pelos usos, funções e apropriação material e simbólica da cidade.

Palavras-chave: reestruturação urbano-industrial; patrimônio cultural; produção do espaço urbano.

PRESERVE FOR WHOM? THE CONTRADICTIONS IN THE PRESERVATION OF THE URBAN-INDUSTRIAL HERITAGE IN CAMPINAS (SP)

Abstract: The purpose of this article is to analyze the relationship between urban-industrial restructuring and conflicts in the conservation of the industrial heritage of Campinas. The analysis privileges the late 1970s to 2014, years in which the highlighted processes were intensified. As methodological procedures, our research had: bibliographic review, fieldwork, interviews, documentary research, cartographic production. The study shows that, in Campinas, the high number of legally protected buildings associated with the daily dimension of work indicates a political tendency to preserve working, railway and industrial memory. However, many rules contradictorily contributed to the deterioration of specimens of the city's industrial heritage. In this sense, the projects and actions driven by the producing agents of the urban space of Campinas – the municipal public power, the businessmen, the residents (old and new), the institutions and the political groups for the defense of the heritage – evidence the conflicts over the uses, functions and the material and symbolic appropriation of the city.

Keywords: urban-industrial restructuring; cultural heritage; urban space production.

¿CONSERVAR PARA QUIÉN? LAS CONTRADICCIONES EN LA PRESERVACIÓN DEL PATRIMONIO URBANO-INDUSTRIAL EN CAMPINAS (SP)

Resumen: El propósito de este artículo es analizar la relación entre la reestructuración urbano-industrial y los conflictos en la conservación del patrimonio industrial de Campinas. El análisis privilegia los últimos años de la década de 1970 hasta 2014, años de intensificación de los procesos destacados. Nuestra investigación tuvo como procedimientos metodológicos: revisión bibliográfica, trabajo de campo, entrevistas, investigación documental, producción cartográfica. El estudio muestra que, en Campinas, el elevado número de edificios legalmente protegidos asociados a la dimensión cotidiana del trabajo indica una tendencia política a preservar la memoria laboral, ferroviaria e industrial. Sin embargo, muchas de las normas han contribuido de forma contradictoria al deterioro de ejemplares del patrimonio industrial de la ciudad. En este sentido, los proyectos y acciones impulsados por los agentes productores del espacio urbano de Campinas – el poder público municipal, los empresarios, los vecinos (viejos y nuevos), las instituciones y los grupos políticos de defensa del patrimonio – evidencian los conflictos por los usos, funciones y apropiación material y simbólica de la ciudad.

Palabras clave: reestructuración urbano-industrial; patrimonio cultural; producción de espacio urbano.

1. Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP. Pós-doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus Presidente Prudente. E-mail rafaelroxo@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5968-7869>.

Introdução

E hoje quem quer se lembrar? Quem carece de memória histórica – o desenraizado, o imigrante, o sem história. Aquele cuja vida foi privada de sentido da duração do tempo, da permanência além da morte. Aquele que vive a falta de história, como carência e privação. Quem? Os velhos e os jovens. Aqueles, porque não tem a quem deixar a memória dos fragmentos, por isso mesmo, sem sentido. Estes, porque não tem o que herdar... Ambos condenados. Um, ao trabalho que, no fim da vida, mostra-se sem sentido (os frutos do trabalho estão fora de suas mãos e de sua vida; estão em outro lugar). A memória que fica não é a da obra: é a dos produtos, diria Lefebvre, das ferramentas, das ruas e trajetos de circulação. O outro, condenado ao vazio da falta de emprego, de lugar, de perspectiva – sobrando e prematuramente excluído. (MARTINS, 1992, p. 17)

Preservar pra quem? É uma pergunta que implica indagar qual é o envolvimento das sociedades locais na preservação e qual é o uso que fazem do patrimônio cultural, buscando reconhecer em que medida ocorre de fato uma “democratização do patrimônio” (NIGRO, 2010) diante da descentralização da política de preservação nacional (o processo de transferência de atribuições do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN para os órgãos estaduais e municipais, a partir da reabertura e da Constituição de 1988) e da sua fragmentação em novas “especializações do patrimônio” (material, imaterial, natural, paisagístico etc.). Em outros termos, em que medida os tombamentos de bens representativos do patrimônio industrial têm garantido a preservação da memória operária e, tendo em vista os modelos de patrimonialização vigentes, é possível a preservação se realizar sem promover a *gentrification*² das áreas atingidas?

Este artigo busca divulgar os resultados da pesquisa de mestrado do autor, concluída em 2014, e, como objetivo principal, busca compreender a relação entre a reestruturação urbano-industrial (LENCIONE, 1994) e os conflitos e contradições na conservação do patrimônio industrial de Campinas, cujo maior expoente é o bairro da Vila Industrial, o qual, por isso, foi escolhido como nosso recorte espacial. A análise privilegia o final dos anos 1970 até 2014, anos de intensificação dos processos destacados. A pesquisa teve como procedimentos metodológicos: a) revisão bibliográfica, b) trabalhos de campo, c) pesquisa documental e d) produção cartográfica.³

A reestruturação da cidade de Campinas implicou na nova morfologia urbana – marcada pela dispersão urbano-industrial e pelo crescimento de novos loteamentos fechados e dos equipamentos

2 O processo de *gentrification* implica, a partir de intervenções urbanísticas, a revalorização mercantil de áreas da cidade, bairros ou regiões, com a criação de novas formas urbanas, funções e usos, alterando os conteúdos socioespaciais. Para Smith (2007), as áreas centrais das cidades transformaram-se na última fronteira da reestruturação urbana, após décadas de dispersão metropolitana. A noção de fronteira, produzida com o auxílio da mídia capitalista, remete às condições primitivas de avanço do capitalismo sobre as áreas ditas “selvagens”. Sobretudo, a construção de um plano ideológico serve para justificar a recorrente violência das intervenções nas áreas urbanas centrais, comumente chamadas de projetos de revitalização, reurbanização etc.

3 Os trabalhos de campo da pesquisa foram realizados entre 2011 e 2013. Utilizamos registros pessoais, realizamos levantamentos fotográficos e aplicamos entrevistas aos moradores da Vila Industrial. A pesquisa documental esteve assentada nos arquivos digitais do órgão de preservação municipal, a Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural de Campinas – CSPC, a partir dos quais os processos de tombamentos relativos à Vila Industrial foram analisados. Também pesquisamos artigos dos jornais Correio Popular, Jornal de Domingo e Diário do Povo pertencentes ao acervo do Centro de Memória da Unicamp – CMU, referentes ao período de 1977 a 2013. Por fim, a produção cartográfica foi realizada a partir das plantas da cidade de Campinas dos anos 1797, 1842, 1878, 1900, 1916 e 1929, obtidas junto à PUC – Campinas.

de consumo para as elites e classes-médias –, na saída de antigos moradores e na apropriação do centro histórico da cidade de Campinas pela população de menor renda, pelos comércios populares e informais, pelos moradores de rua e pedintes, etc. (PAES-LUCHIARI, 2006; PEDRO, 2007; ROXO, 2020). A popularização do núcleo urbano de Campinas é tida, por parte significativa do poder público municipal, como uma das principais supostas degradações urbanas, reduzindo a questão aos interesses imobiliários e às funções econômicas, quando ainda podemos considerar as disputas simbólicas que estão por detrás da aludida degradação, condição que permite que determinadas porções da região central da cidade sejam habitadas por camadas de menor renda⁴.

Em outros termos, o núcleo histórico da cidade, estruturado pelo centro e pelos antigos bairros periféricos, como a Vila Industrial, a Ponte Preta, o Fundão e o Bonfim (ver mapa 1), em função da deterioração das antigas construções e, a um só tempo, com a busca da revalorização imprimida pelo segmento imobiliário, combina processos especulativos, tanto em relação à memória da cidade quanto em relação aos usos e às funções do espaço urbano. Diante dessa condição, a preservação do patrimônio cultural, muitas vezes associada aos projetos urbanos contemporâneos (as chamadas “revitalizações”, “reabilitações”, “reurbanizações” etc.), implicam conflitos e contradições, a serem analisadas neste texto.

Na primeira parte, buscou-se desconstruir o conceito de patrimônio cultural, na dimensão industrial, a fim de apontar os seus avanços teóricos, contradições e limites práticos. Na segunda e terceira parte, propôs-se explorar um caso empírico, a fim de analisar os processos de formação urbana e os conflitos na preservação⁵ do patrimônio urbano-industrial em Campinas – SP.

Patrimônio cultural: limites teóricos, contradições e apontamentos para uma perspectiva socioespacial

Para responder ao questionamento central do texto, é preciso compreender que a produção do espaço urbano – independente das políticas preservacionistas, mas sem dúvida por elas influenciada – é marcada pelas renovações e permanências, rupturas e transformações dos lugares e modos de vida, que expressam a dialética dos processos entre sociedade e espaço, como nos esclarece Carlos (2007).

Conforme essa leitura, as diferenciações e desigualdades socioespaciais seriam o produto das relações socioespaciais⁶, estas, vale frisar, na escala da cidade (dos bairros e das regiões que as compõem), remetem a um conjunto de práticas cotidianas, ligadas ao trabalho e ao lazer, aos negócios e ao ócio, sendo todas elas permeadas por referenciais simbólicos que compõem a identidade dos grupos sociais. O poder público municipal, os empresários (do ramo industrial, imobiliário, cultural, do comércio popular, dentre outros), os moradores (antigos e novos), as instituições e os grupos políticos de defesa do patrimônio, por fim, são os principais agentes

4 A popularização da área central da cidade é um processo decorrente da reestruturação produtiva, urbana e industrial, no qual ocorre o crescimento dos moradores de segmentos sociais empobrecidos, e dos comércios e serviços informais voltados a esses segmentos, na área central da cidade (ROXO, 2020).

5 Ainda que ocorram diferenças entre os dois termos, conforme sugere a Carta de Burra (1980), neste texto utilizamos os termos preservação e conservação com o mesmo sentido, sem o prejuízo de seu significado.

6 Como sugere Lefebvre (2001, p. 59-66), no nível global, a urbanização capitalista implica as cidades (e as regiões) inscritas no nível médio, e esses níveis se articulam e se materializam no nível próximo. Este último nível relaciona a arquitetura, as funções e os usos sociais, o habitar, enfim. No nível próximo das relações sociais, estão dispostas as dimensões que analisamos neste texto, possíveis de sua compreensão mediante a articulação (simultaneidade) do nível global (ordem distante), que se situa acima e no nível médio (das cidades e regiões) e no nível próximo (o nível ecológico das relações sociais, o nível do habitar).

produtores do espaço (CORREA, 1989) e, portanto, das funções, dos usos e da construção da memória das cidades, como é analisado neste texto.

Diante dessa condição, de acordo com Santos ([1987] 2002), ao menos duas óticas se impõem: uma associada à economia política da cidade e outra ao âmbito da memória social e do patrimônio cultural acumulado. A primeira compreende o jogo das forças de mercado, associado à ação ou omissão do poder público. A segunda, tanto pode ser herdada do passado como pode ser projetada no futuro e, nesse sentido, a paisagem urbana pode ou não ser preservada, como também pode ser construída com determinada função simbólica.

Em outra perspectiva, Meneses (1992; 2012), ao discorrer sobre os diferentes tipos de valor atribuídos à cultura, aponta para a possibilidade de que a preservação não se torne excludente em seus objetivos, quer seja, como um meio de o cidadão se reapropriar do espaço urbano. Desse modo, podemos compreender que a preservação do patrimônio cultural está disposta numa tensão constante entre o direito social e as dinâmicas de valorização do espaço social, impasse imerso em contradições. Esses aspectos serão melhor discutidos ao longo do texto.

A historiadora Madeleine Reberioux (1992), partindo da perspectiva que busca estabelecer as relações entre lugar e memória, dedica-se a propor uma leitura da história do ponto de vista dos operários, das mulheres, dos camponeses, dos imigrantes, enfim, uma leitura histórica focada nos grupos sociais que estavam ameaçados de deixar de existir pelas transformações intensificadas nos anos 1970. Para Reberioux (1992), os lugares de memória operária condensariam a cultura técnico-científica industrial e operária, locais que são parte significativa do imaginário operário e suas lembranças podem nos ensinar acerca das contradições entre pressão e resistência, exploração e solidariedade, hierarquia e insurreição contidas na relação direta entre capital e trabalho.⁷

A noção de lugares de memória operária, de modo direto e indireto, adentrou as atuais concepções de patrimônio, contribuindo com a conceituação do patrimônio industrial⁸. Alguns estudos sobre história do urbanismo e das vilas operárias em São Paulo, bem como os inventários que tratam das diferentes tipologias arquitetônicas das fábricas e antigos espaços industriais desativados, indicam um avanço em termos técnicos e teóricos. São, esses estudos, importantes subsídios para a chancela de bens culturais ligados ao mundo da indústria e do trabalho⁹, mas, ainda assim, possuem lacunas em certos aspectos. Beatriz M. Kühn (2010), em âmbito nacional, assinala o

7 A autora busca ressaltar o aspecto militante dos lugares de memória operária, porém faz a ressalva: “Acontece que só existe passado proletário quando compartilhado”, o que interessa neles “é sua presença na memória operária, é aquilo que os operários interrogados nos dizem a seu respeito. Em suma, é o lugar que ocupam em seus imaginários” (REBERIOUX, 1992, p. 49-50).

8 O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Esses vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas à indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (Fonte: The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH). Nizhny Tagil Rússia, Julho, 2003.)

9 Dentre as perspectivas possíveis de análise do patrimônio industrial, podemos destacar as seguintes: os estudos classificatórios de restauração e reutilização do patrimônio do industrial; os estudos sobre gestão do patrimônio industrial ligados ao planejamento, ao turismo e à educação patrimonial; os estudos sobre o patrimônio imaterial industrial e o mundo do trabalho – aqueles que analisam as artes e ofícios, o conhecimento ou expertise da produção tradicional, as memórias do trabalho e da organização operária; a arqueologia industrial –, nos quais se analisam os diversos ramos industriais, como têxteis, siderúrgica, mecânicas etc., a história das empresas e dos processos produtivos, a memória dos empresários, a memória operária; análise do patrimônio ferroviário, das vilas ferroviárias e do mundo do trabalho, recuperação e conservação de vilas ferroviárias, análise da arquitetura ferroviária, história de povoados, memória do trabalho ferroviário etc. Sobre o tema, consultar: Neto (2012); Ricci (2012); Rocha (2012); Salcedo (2012); Santos (2012) dentre outros.

quanto os estudos ligados à arqueologia industrial deixam a desejar em relação aos aspectos teóricos do restauro.

Para Simone Scifoni (2013, p. 5), operacionalizar a noção de lugares de memória operária é articular dialeticamente a ordem próxima/ordem distante, o local/mundial, a grandeza/miséria do cotidiano, a memória individual/coletiva e, por fim, a memória voluntária e involuntária¹⁰. Desse modo, o patrimônio urbano-industrial deve ser compreendido como o conjunto dos documentos do mundo do trabalho e da produção industrial, sendo, ao mesmo tempo, representativo da arquitetura do poder e das lutas contra o poder (REBERIOUX, 1992; SCIFONI, 2013). A contribuição da noção de lugares de memória operária é a busca pela superação da dualidade material-imaterial, na medida em que essa noção opera o simbólico e o funcional, a memória e os usos sociais. De acordo com Rodrigues (2012), em termos práticos, o desafio é o difícil deslocamento da preservação de bens marcados pela excepcionalidade, como os monumentos, para os bens associados ao cotidiano (moradias e locais de trabalho), o que envolve, mais uma vez, ao nosso ver, questões associadas à economia política da cidade.

Conforme analisa Jeudy (2005), a cidade histórica em vias de desaparecimento transmutou-se num tesouro vivo, que ativou, no seu dizer, um dever de memória movido por um certo “fetiche do patrimônio”. Nos termos de Jeudy (2005, p. 26), “A arma do patrimônio faz fluir atrás de si uma forma humanista universal que permite ao poder público conseguir o assentimento geral”. A exemplo disso, o autor destaca que a criação de museus industriais seria marcada também pela cenarização progressiva e o esvaziamento do conteúdo do patrimônio industrial. Mais ainda, para esse autor, o êxito do patrimônio cultural adviria da mercantilização de certos aspectos da cultura, processo que se generalizou pelo mundo¹¹.

David Harvey (2006) nos dá algumas pistas das contradições no atual período quando analisa a importância do capital simbólico e das culturas locais enquanto fatores que mobilizam lutas identitárias, no entanto, esses aspectos de diferenciação espacial muitas vezes são apropriados para atração de investimentos. Para Harvey (2006), trata-se de um novo período, em que a governança e o empreendedorismo urbano se valeriam de aspectos da cultura para atração de investimentos, sobretudo vinculados à “nova economia”, ao turismo e ao consumo cultural¹².

Nos países latino-americanos, esse processo de patrimonialização associado ao turismo, ao consumo cultural e à valorização imobiliária se deu sobretudo a partir dos anos 1990¹³. E, ao que parece, novamente, coube a incorporação de modelos externos, que foram transportados para um contexto social no qual as demandas mais imediatas, como moradia, acessibilidade, segurança e cultura, ainda não foram plenamente atendidas. Costa e Scarlato (2009, p. 25-26) argumentam: “Não

10 Em sua proposta, define: os lugares de luta operária, os lugares de moradia operária, os lugares de trabalho, os lugares da vida cotidiana, buscando aplicá-los à realidade paulistana.

11 Jeudy (2005) analisa os resultados ideológicos e práticos da patrimonialização de bens culturais associados ao mundo operário-fábrica na Europa. O autor fala da presença dos chamados Ecomuseus, que recriam ambientes fabris e de mineração. Nesses locais, ao estilo parque de diversões, máquinas e robôs encenariam as antigas condições de trabalho industrial, pasteurizando os conflitos entre capital-trabalho e o sofrimento dos trabalhadores na labuta diária.

12 Harvey (2006) analisa a produção das novas “rendas monopolistas”, que são obtidas em meio ao desenvolvimento geográfico desigual, em contraponto à homogeneização promovida pelo capital. “A indústria do conhecimento e do patrimônio, a produção cultural, a arquitetura de grife e o cultivo de juízos estéticos distintivos se tornaram poderosos elementos constitutivos da política do empreendedorismo urbano, em muitos lugares (ainda que de modo mais particular na Europa). Em um mundo altamente competitivo, a luta para acumular marcos de distinção e capital simbólico coletivo continua. [...] No entanto, há outro tipo de batalha por identidade sendo travada, que invoca memórias coletivas, mitologias, história, cultura, estética e tradição.” (HARVEY, 2006, p. 235)

13 Sobre o tema, ver: Paes-Luchiari (2006), Costa (2008), Costa e Scarlato (2009); Leite e Peixoto (2009); Paes e Oliveira (org., 2010).

podemos desvincular a consagração do patrimônio da ‘valorização do espaço’ da ‘valorização ambiental’ e da ‘formação do território’”. Na interpretação de Costa (2008, p. 162), o processo de patrimonialização é condição e produto de uma “dialética de construção destrutiva do patrimônio”, pois trata-se de uma ação política que subverte a “preservação espontânea do espaço” e das relações sociais, ao transformar o patrimônio cultural em um “produto potencial da indústria cultural”, que tem o poder de banalizar pela “cenarização progressiva”.

Em outros termos, a patrimonialização tende a contribuir com a conservação das formas, mas também com a modificação dos conteúdos sociais. Desse modo, a noção de revanchismo, conforme Leite e Peixoto (2009), nos fornece outras dimensões desse processo. Subentende-se à ideia, a retomada de um território ameaçado por uma suposta degradação, a partir de idealização dos espaços públicos, a patrimonialização “demarca espaços”, “segrega usuários” e “expulsa moradores indesejados”¹⁴ da chamada fronteira urbana, conforme Smith (2007).

No sentido atribuído por Jeudy (2005), a patrimonialização produz uma reificação do espaço social ao reproduzir interesses contraditórios em nome do direito à memória. Para Jeudy, a patrimonialização é um meio para a produção de imagem estética da cidade, na qual a espetacularização seria a face positiva da preservação do patrimônio. Em contraponto, ao tornar tal patrimônio atraente e desejável por meio das ditas políticas de revitalização, a expulsão das populações locais culminaria com a desaparecimento do aspecto vivo da cidade, ocorrendo assim uma “museificação” ou “petrificação” das cidades.

Enfim, como argumentado até aqui, a preservação do patrimônio, que objetiva sobretudo a revalorização mercantil e o consumo do espaço, vem, em grande medida, reduzindo o seu potencial de realização da cidadania ao excluir (conscientemente ou não) os moradores de suas práticas. Desse modo, em meio às contradições ideológicas e práticas do patrimônio cultural, reveladas, ao menos em parte, na sua dimensão urbano-industrial, aqui é tratado um caso específico de preservação do chamado patrimônio industrial.

A formação urbana e a constituição do patrimônio da Vila Industrial, Campinas – SP

Até este ponto, foram apresentados alguns aspectos teóricos e práticos envolvidos na patrimonialização de bens culturais atrelados ao universo urbano-industrial. A partir daqui, é analisado um estudo de caso com o objetivo de ilustrar as dinâmicas socioespaciais implicadas na formação de um bairro operário-industrial e a busca contemporânea pela preservação dos seus exemplares histórico-arquitetônicos, diante de processos antagônicos, a dizer, a renovação das formas materiais empreendida pelo poder público e pelos agentes imobiliários, como será visto.

Inicialmente, a Vila Industrial é o bairro operário mais antigo de Campinas e um dos mais antigos do país¹⁵. O bairro constitui-se por uma tríade de circunstâncias que lhe concedeu perfil particular (ROXO, 2013): primeiro, a sua formação nos arredores da cidade, ao sul da ferrovia Campinas-Jundiaí, condicionou a arquitetura e a reprodução social, distinguindo-se do chamado centro histórico e do bairro das elites, o Cambuí (Mapa 1). Segundo, mas não menos importante, essa condição de relativa autonomia do bairro lhe garantiria, por muito tempo, dinâmicas particulares de sociabilidade, lazer, consumo, religiosidade, lutas, enfim. Por último, a partir do final dos anos 1970,

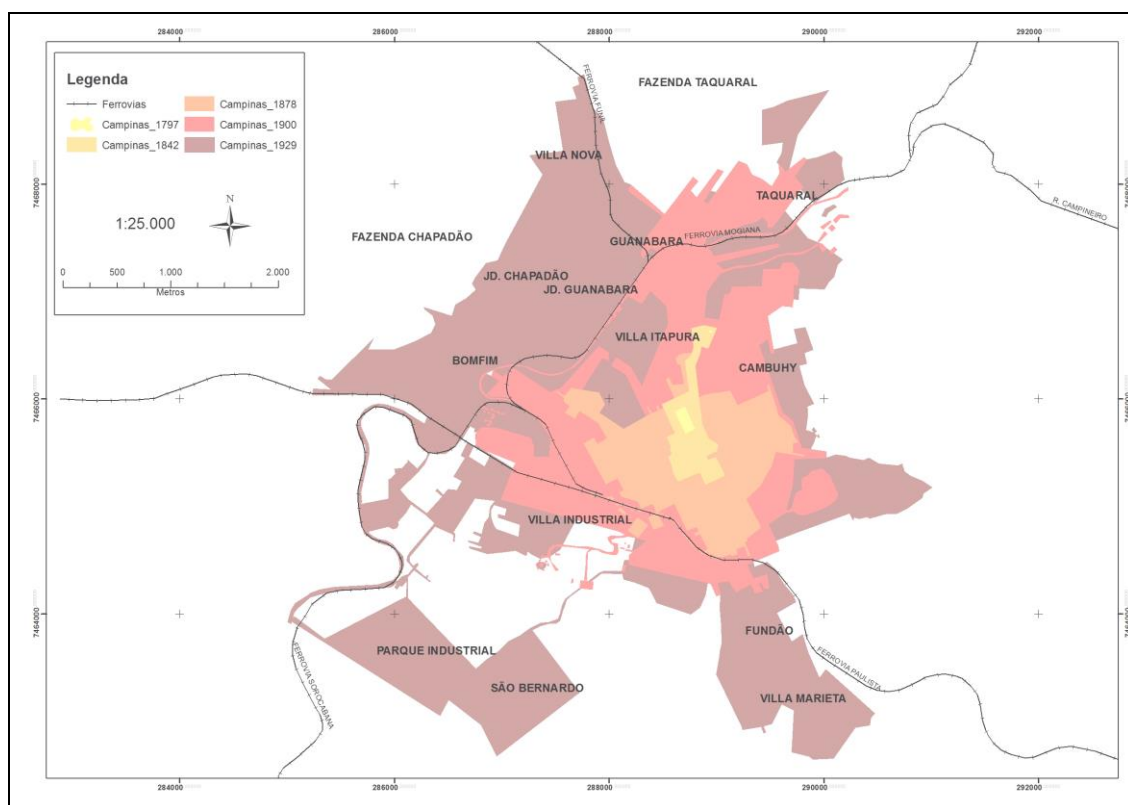
14 Na análise de Leite e Peixoto (2009), tal retomada, em nome da preservação, não impede que as classes sociais removidas retornem às áreas (processo de contrarrevanchismo), sobretudo em virtude da falta de continuidade das políticas públicas.

15 A exemplo disso, dois dos conjuntos arquitetônicos da Vila Industrial (ver Figura 1), o conjunto Venda Grande e o conjunto Francisco Teodoro, foram construídos para abrigar operários, em 1893, pelo imigrante de origem alemã Germano Hausen.

foi observada a incorporação do bairro às dinâmicas de revalorização imobiliária e do patrimônio, processos que serão analisados melhor ao longo do texto.

O bairro da Vila Industrial formou-se às costas da estação ferroviária da cidade de Campinas, nas adjacências de dois cemitérios, na proximidade do Lazareto dos Morféticos e do Hospital dos Varilosos, do Matadouro Municipal e do conjunto denominado Imigração (MENDES, 1963). Desde o final do século XIX, o bairro constituiu-se como o lugar que abrigaria os trabalhadores da ferrovia, indústrias e curtumes num local considerado arrabalde insalubre da cidade¹⁶. Para Villaça (2001), a estruturação (e a reestruturação) do espaço da cidade é processada conforme mecanismos de apropriação do tempo social. Tal mecanismo é baseado na definição de localizações pela classe dominante que permitam sua reprodução, a sua necessidade de mobilidade e de realização dos negócios e também a satisfação dos desejos, lazer e ócio. Desse modo, a produção de um centro e uma periferia seria resultado de um mesmo processo, bem como as demais formas de segregação socioespacial. Esses aspectos se reproduziram em Campinas.

Mapa 1 – Campinas: formação urbana (1797–1929)



Organização: Rafael Roxo. Elaboração: Rodrigo Fernandes Silva 07/01/2013.
Fontes: Plantas da cidade de Campinas dos anos 1797, 1842, 1878, 1900, 1916 e 1929.

Conforme a análise feita dos documentos cartográficos da época, a instalação da Estação Ferroviária e todo o Complexo Ferroviário (oficinas, pátio de manutenções e manobras) ocorreu ao longo do espigão divisor de águas das bacias dos rios Atibaia e Capivari, numa área de platô mais

¹⁶ É importante mencionar, de acordo com Pupo (1980), que o nome atual do bairro Vila Industrial esteve mais associado à ferrovia do que às indústrias que se instalariam de modo crescente após a Primeira Guerra Mundial. Antes disso, recebeu as denominações de Campo de Sant'Anna e Imigração. Sobretudo, a fisionomia da área envoltória da estação sofreu pouca alteração das características originais da urbanização, conservando formas urbanas de interesse histórico e arquitetônico.

propícia à passagem da ferrovia. Essa área, inicialmente, estava distante do traçado urbano da cidade, mas, posteriormente, seria integrada pelo seu crescimento. Às costas da estação e ao sul da ferrovia Paulista (que conecta Campinas a Jundiaí), as vertentes íngremes que se ligam ao córrego do Piçarrão eram de difícil ocupação, portanto, desvalorizadas para a ocupação urbana nesse período (BADARÓ, 1996). Nessa área é que se desenvolveria o bairro em questão¹⁷.

Campinas, nessa fase, era tida como a capital agrícola da província de São Paulo, o que significou grande crescimento econômico e populacional (BAENINGER, 1996; BADARÓ, 1996; COSTA SANTOS, 2002). Ocorreu que, entre os anos 1889-1897, em meio a um período de grande crescimento econômico – induzido pelo café, pela ferrovia, pela industrialização e pela urbanização –, houve a tragédia dos surtos epidêmicos de febre amarela na cidade, levando à instalação da Comissão Sanitária do Estado, liderada por Saturnino de Brito. Tal fato se sucedeu com a criação de empresas privadas prestadoras de serviços (de gás, energia elétrica, iluminação pública, transportes e saneamento), que ficaram responsáveis pelas obras, bem como escolheram quais áreas deveriam ser atingidas.

Conforme Lapa (1996), a proposta da Comissão Sanitária, em torno do ideal do urbanismo sanitário, conseguiu unir as elites fundiárias e, com isso, puderam defender a cidade das epidemias, mas também garantiram o enriquecimento das elites agrárias por meio da renda e da valorização imobiliária de antigas propriedades fundiárias. Assim, acentuou-se na cidade a divisão centro-periferia, norte (rico) e sul (pobre), que possibilitou relativa autonomia e isolamento ao bairro operário que viria a crescer durante as primeiras décadas do século XX.

A Figura 1 é uma síntese do atual estado de conservação de parte do patrimônio arquitetônico da Vila Industrial. É interessante destacar que esse padrão de moradia produzido por ações empreendedoras individuais, realizado por imigrantes de mais posse, difere, de modo geral, das vilas operárias paulistanas, que foram construídas pelos empresários industriais. A exemplo disso, em Campinas, as vilas Manoel Freire e Manoel Dias, de 1908 e 1918, respectivamente, foram construídas por irmãos portugueses que inicialmente faziam comércio de porta em porta no bairro (VELASCO, 2005). Com o capital acumulado e informações de que em certa área do bairro seria construída a ferrovia, os irmãos adquiriram terrenos, iniciando-se, assim, no ramo dos negócios imobiliários. Após isso, Manoel Dias e Manoel Freire venderam os terrenos às companhias férreas e adquiriram novos lotes, onde realizaram a construção das vilas operárias, que receberam seus nomes, e muitos outros imóveis da Vila Industrial e da cidade (Figura 1 – A e C).

17 Conforme nossa leitura das plantas cartográficas da cidade e informações de Mendes (1963), as instalações desses “equipamentos urbanos” nas áreas afastadas da cidade já assinalavam os interesses de produção de uma cidade segregada. A planta de 1878 mostrava a ferrovia ainda distante da aglomeração urbana: além da linha, há o registro de dois cemitérios, mas não há o registro dos Lazaretos nem das moradias. Posteriormente, nessa localização ao sul da ferrovia, surgiram outros bairros operários: Fundão, Ponte Preta, São Bernardo, Parque Industrial, entre outros.

Figura 1 – Conjuntos de habitações operárias na Vila Industrial



A) Vila Manoel Dias; B) Conjunto Arquitetônico Vila Industrial; C) Vila Manoel Freire em ruínas; D) Casa ferroviária e Terminal Multimodal de Campinas¹⁸. Fotos do autor, 2012.

As casas do bairro eram construídas lentamente e vendidas aos moradores ou interessados de acordo com a sua renda. Na interpretação de Velasco (2005, p. 85-86), a arquitetura simples do bairro foi marcada pela formação de vilas no seu interior. Os aglomerados de casas enfileiradas, de baixo padrão e populares, tiveram os seus projetos facilmente aceitos pela prefeitura municipal e serviram de renda para seus proprietários. O bairro é formado por conjuntos arquitetônicos, como os da Rua Francisco Teodoro e da Rua Alferes Raymundo, e vilas constituídas em ruelas de paralelepípedos, como as Vilas Manoel Dias, Manoel Freire e Venda Grande (Figura 1- A, B e C). As casas foram construídas pelos proprietários para abrigar a população operária de Campinas e representam um “modo exemplar de arquitetura operária, de grande valor histórico/social”¹⁹. São casas geminadas de poucos cômodos (três no geral), possuem a testada sobre a calçada, com adornos nas portas e janelas. Inicialmente, as casas não possuíam redes de esgoto ou elétrica, os banheiros ficavam na parte de fora, nos fundos das casas.

Os vários conjuntos de casas simples enfileiradas, geminadas e sem recuo frontal, dispostas em ruas e vielas estreitas, permitem uma proximidade física que, associada ao longo tempo de residência dos moradores, obrigava o estreitamento de relações sociais, tornando os moradores mais íntimos uns dos outros. As relações de vizinhança no bairro, em grande medida, possibilitadas pela sua arquitetura – a disposição das casas, o traçado e largura das ruas, a presença das praças, da Igreja São José e a sua proximidade com os locais de trabalho (na ferrovia, nos curtumes,

18 Exemplar de casa de trabalhadores ferroviários, construído pela Cia. Paulista de Estradas de Ferro. No local da atual estação rodoviária da cidade existia um conjunto de casas, a Vila Riza, que foi demolida para ceder lugar à rodoviária.

19 Conforme a Resolução de Tombamento n° 19/1994.

matadouros e outras fábricas) –, suportaram durante décadas o cotidiano dos moradores. Conforme Velasco (2005), a dificuldade de acesso entre a Vila Industrial e o centro, separados pela via férrea, foi modificada com a construção de um túnel sob os trilhos, em 1918, facilitando a ligação do bairro operário ao centro comercial da cidade, mas que não alteraria a visão da elite sobre o bairro. Os moradores da Vila Industrial, além de conviverem com as atividades malvistas na cidade, sofriam preconceito dos demais campineiros, que os apelidaram de “bucheiros”, devido ao grande número de moradores que vendiam miúdos de boi comprados no matadouro municipal como forma de complementação aos salários obtidos nas companhias de estrada de ferro e demais estabelecimentos.

A arquitetura do bairro, os usos e as funções, o cotidiano enfim, definiam-se mutuamente. Os encontros nas ruas, padarias e mercados, nas missas, nos dias de música e banda no coreto da Praça Correa de Lemos, nos *footings* (passeios) no entardecer na mesma praça, as festas e carnavais nas vilas Manoel Freire e Manoel Dias etc. foram características marcantes do bairro operário campineiro até meados dos anos 1980. A partir de então, com a reestruturação urbano-industrial, houve a desativação dos curtumes, do matadouro e do complexo ferroviário, bem como o crescimento de edifícios verticais, o que romperia com o padrão arquitetônico do bairro e contribuiria para modificar as relações de reprodução social no bairro da Vila Industrial e na cidade²⁰. Desde então, o elevado número de tombamentos efetuados pelo conselho de preservação municipal (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Campinas – CONDEPACC) indica uma tendência política de preservação da arquitetura ferroviária e industrial em Campinas, particularmente na Vila Industrial.

No entanto, como bem analisou Santos ([1987] 2002, p. 24), o que se conserva de histórico é mais o resultado de “práticas individuais inseridas numa economia política cambiante; e muito menos o fruto de uma deliberação oficial explicitada em leis, decretos, portarias.” Como melhor analisado a seguir, os conflitos na preservação dos bens tombados evidenciam os diferentes interesses dos agentes do espaço urbano (moradores, proprietários, poder público municipal, empresários e instituições preservacionistas) pelos usos e pelos significados simbólicos das áreas de interesse histórico da cidade.

Conflitos na preservação do patrimônio urbano-industrial de Campinas – SP

Segundo Francisco (2008), a formação de um grupo preservacionista na cidade, o Grupo Preservacionista Febre Amarela, liderado por Antonio da Costa Santos ²¹, Luiz Cláudio Bittencourt e Sérgio Portella, é um grande marco em relação à preservação do patrimônio de Campinas. As ações do grupo Febre Amarela se iniciaram no final dos anos 1970. O grupo produziu o primeiro inventário arquitetônico da cidade e solicitou os primeiros tombamentos junto ao conselho estadual de preservação, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do estado de São Paulo – CONDEPHAAT²².

20 O processo de urbanização e reestruturação urbano-industrial de Campinas é analisado em Roxo (2020).

21 Antônio da Costa Santos ficou conhecido como o Toninho do PT, na sua trajetória como arquiteto, professor universitário e político, além de membro fundador do Grupo Preservacionista Febre Amarela, por meio do qual teve efetivada participação na defesa do patrimônio da cidade e, inclusive, manteve uma postura crítica às primeiras ações do CONDEPACC (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas), que tinha em sua presidência o Prof. Dr. Antonio Augusto Arantes. Toninho foi eleito prefeito em Campinas no ano de 2001 e assassinado meses depois, em 10 de setembro de 2001. Na sua gestão como prefeito, elaborou um plano de reabilitação do patrimônio para área central de Campinas, o qual não foi colocado em prática, mas serviu aos outros projetos sucessores.

22 O CONDEPHAAT, órgão estadual de preservação do patrimônio cultural, havia tombado na cidade 14 bens no período 1973-1984: Bosque dos Jequitibás, Capela da Nossa Senhora da Boa Morte, Casa Grande e Tulha, Catedral Metropolitana, Colégio Culto a Ciência, Colégio Técnico da Unicamp, Escola Normal de Campinas, Estação Ferroviária de Campinas,

Um marco relevante do grupo Febre Amarela foi a vigília e o abraço simbólico em torno de uma das primeiras fábricas de Campinas, a Lidgerwood Manufacturing Co.²³, impedindo a demolição do prédio que estava prevista no projeto de reestruturação viária do centro da cidade (a construção do túnel que liga o centro à Vila Industrial), durante a gestão do prefeito José Roberto Magalhães Teixeira (1983-1988). Bertinato (2012) aponta como marco de preservação na cidade a fundação do dito CONDEPACC (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas). A autora citada destaca o mandato do Prof. Dr. Antonio Augusto Arantes como Secretário Municipal de Cultura de Campinas, na primeira gestão do Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, no período de 1984 a 1988, que foi responsável pelos primeiros tombamentos em âmbito municipal e pela delimitação do centro histórico de Campinas.

Na interpretação de Francisco (2008), inicialmente, as ações empreendidas pelo órgão preservacionista tiveram um caráter mais pontual e emergencial, considerando o risco de desaparecimento e desfiguração de bens culturais na cidade. O ritmo intenso do crescimento urbano de Campinas e a pressão dos especuladores imobiliários, em especial na região central da cidade, exigiam medidas emergenciais do CONDEPACC. Vale destacar que a delimitação do centro histórico pelo CONDEPACC em 1991 foi muito criticada por integrantes do grupo Febre Amarela, pois, conforme opiniões de seus membros, expressas em jornais da época, não corresponderia às fases históricas da cidade. Ao nosso ver, outros eventos também influíram na preservação do patrimônio urbano-industrial de Campinas.

Em paralelo à formação do grupo Febre Amarela, houve a iniciativa de 14 pessoas, sob a liderança do francês Patrick Dollinger, que fundaram a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF, no ano de 1977. Sob o contexto do rodoviarismo, dos baixos investimentos no setor ferroviário e o sucateamento do patrimônio ferroviário, a ABPF conseguiu junto à FEPASA um ramal ferroviário desativado para iniciar as atividades de restauração de locomotivas e vagões abandonados. Essa história, feita com recursos parcos e muita força de vontade de antigos funcionários e apaixonados pela ferrovia, e culminou com a criação do museu ferroviário “Viação Férrea Campinas-Jaguariúna” em 1984²⁴.

Além disso, antes das primeiras ações do conselho municipal, o CONDEPHAAT, órgão estadual de preservação do patrimônio cultural, tombaria a estação ferroviária de Campinas no ano de 1987²⁵. Mesmo diante dessa normativa, porém, com a privatização da companhia nos anos 1990, os armazéns de descarga, as oficinas e os escritórios que serviram à manutenção dos trens e da ferrovia ficariam abandonados, levando à deterioração das construções. Apenas com a reforma, ocorrida no

Mercado Municipal, Palácio dos Azulejos, Reserva Florestal da Fundação José Pedro de Oliveira/Antiga Fazenda Santa Genebra, Sede da Fazenda Mato Dentro, Sede da Fazenda Três Pêras e o Solar do Barão de Itapura.

23 Em 1990, o prédio foi tombado pelo CONDEPACC, órgão municipal de preservação e, após restauro, abriga o Museu da Cidade.

24 Além influenciar a preservação ferroviária no âmbito nacional, o êxito da ABPF foi conseguir manter em atividade um trecho de aproximadamente 20 km entre Campinas e Jaguariúna. Trecho que mantém parte da história do café, das ferrovias e início da industrialização de Campinas, patrimônio cultural que foi resgatado pela iniciativa e vontade coletiva. Ver: <http://www.abpf.org.br/>

25 A antiga estação da Cia. Paulista de Estradas de Ferro é parte de um grande complexo ferroviário, que serviu de pátio de manobras e abrigava diversos galpões destinados à oficina de manutenção ferroviária. A estação de trem para passageiros, que funcionou até o ano de 2001, foi construída no final do século XIX no “estilo gótico-vitoriano, seguindo os padrões arquitetônicos ingleses” e serviu de parada entre Campinas, Jundiaí e o “interior” do estado de São Paulo (conforme Resolução 9 de 15/4/82 do CONDEPHAAT). A falta de manutenção do prédio da antiga estação ferroviária, após sua desativação, posterior abandono e a sua ocupação por sem tetos, catadores de sucata, andarilhos, punks, usuários de droga, entre outros, colocava sob risco a conservação dos prédios da estação e do complexo ferroviário de Campinas. Este, por fim, seria tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas no ano de 1990 (resolução 004/90 de 27/11/1990).

ano de 2003, a estação ganharia novas funções. Atualmente, a Estação Cultura é sede da secretaria de cultura municipal e, além de abrigar um centro de formação profissional, possui salas que oferecem cursos de artes, música, dança etc. Por último, o espaço tornou-se palco de shows e eventos culturais em Campinas²⁶.

Segundo a análise de Paes-Luchiari (2006, p. 57), a citada Estação Cultura, a Rua 13 de Maio, o Palácio dos Azulejos e a Catedral, os marcos definidores do “centro histórico”, funcionariam como “carro-chefe” da revitalização do centro de Campinas. Entretanto, o relativo êxito na preservação da Estação Cultura e demais bens citados contrasta com os conflitos pela preservação do seu entorno imediato. Mesmo os galpões ferroviários que foram recuperados, mas não receberam função, estão se deteriorando novamente. Além disso, sobretudo os tombamentos das moradias operárias do bairro da Vila Industrial apresentam-se como iniciativas fragmentadas e pouco contribuíram para a conservação dos bens²⁷. Em uma perspectiva radical, Monnet (1996) já alertava que a patrimonialização é “um abuso de poder, legitimado por um mito”, recomendando o seu abandono, pois forçaria os agentes envolvidos a fundar ações, nos bairros antigos, baseadas em demandas e práticas. Assim, os agentes responsáveis acabariam “exercendo suas responsabilidades na gestão das contradições não do ‘absoluto’ que oculta as contradições e libera os ‘responsáveis’ de sua responsabilidade” (MONNET, 1996, p. 228).

O tombamento das vilas esteve distante de garantir a reapropriação da cidade pelos moradores, como sugere Meneses (2012). Mais do que isso, não impediu que alguns exemplares chegassem às ruínas ou fossem demolidos. De acordo com a resolução de tombamento dos conjuntos arquitetônicos, indica-se a “recuperação e revitalização da área envoltória do complexo”, mas não se faz menção às funções e aos usos existentes²⁸, deixando de compreender os conflitos por moradia, pois o aluguel relativamente baixo dos imóveis da área envoltória do complexo ferroviário (que incluiu o centro histórico, a Vila Industrial, Bonfim e Botafogo) atrai uma população de baixa renda, que vê neles a vantagem econômica e a possibilidade de usufruir da proximidade da área central. Ao nosso ver, essa condição é fundamental, pois consideramos que é pela continuidade dos usos que se realiza a conservação do patrimônio.

A manutenção espontânea realizada pelos moradores, aspecto positivo destacado por Costa (2008), é que garante às casas as suas atuais condições. As trocas das telhas e forros, pinturas e rebocos são o meio objetivo sob o qual se realiza a conservação dos bens tombados. Os atuais moradores – em sua maioria, imigrantes nordestinos, seus filhos e parentes etc. – que habitam as casas de quase um século remendaram e escoraram paredes, trocaram portas e janelas, fizeram banheiro e derrubaram paredes, a fim de garantirem as condições mínimas de dignidade e bem-estar. Dentro desse cenário, podemos dizer que, dos conjuntos tombados na Vila Industrial, o Conjunto Arquitetônico Vila Industrial, localizado às margens do Complexo Ferroviário, o Conjunto da Rua

26 Como exemplo disso, na Estação Cultura, ocorreu, no ano de 2011, o Campinas DECOR – evento sobre arquitetura e design – e a Virada Cultural nos anos 2008, 2013, 2015.

27 A abertura de um processo de tombamento para a Vila Manoel Dias e a Vila Manoel Freire no ano de 1985 pelo CONDEPHAAT intensificou os conflitos pela conservação das casas das vilas operárias. As vilas tiveram a demolição decretada em artigo de jornal e, apesar do caráter de urgência do pedido de tombamento, em 1990, o processo ainda não tinha definição. Em virtude da demora da decisão, o conselho municipal de preservação, o CONDEPACC, abriu um processo de tombamento para as vilas.

28 A resolução de tombamento do complexo já previa que a área envoltória “deverá passar por um processo de recuperação, revitalização e planejamento visual, para que se permita o seu reconhecimento e ambientação quanto ao complexo ferroviário central da FEPASA e à antiga fábrica Lidgerwood”. O tombamento do Complexo Ferroviário da FEPASA, no ano 1990, definiu uma vasta área envoltória – que inclui parte do bairro da Vila Industrial e da área histórica que cresceu nas adjacências da estação de trem. A área envoltória indica a preservação de exemplares arquitetônicos, do período de 1872 a 1929, considerando a importância do “contexto histórico do bem tombado”. Nos anos seguintes, outros tombamentos foram instituídos.

Alferes Raimundo, a Vila Manoel Dias e os prédios da chamada Imigração²⁹ (e dezenas de outros imóveis de valor histórico não tombados) apresentam-se relativamente conservados, pois, neles, a continuidade do uso garantiu as suas atuais condições.

No entanto, no ano de 1995, com a interdição das casas da Vila Manoel Freire (um dos conjuntos tombados no bairro da Vila Industrial) pelo Departamento de Urbanismo da cidade, os moradores foram retirados das casas em virtude do risco de desabamento e para a instalação de um centro cultural³⁰. As casas passaram por um longo período de abandono, que custou a sua deterioração, pois acabaram sofrendo com invasões e depredações. Aqui, temos um exemplo, apesar das controvérsias, de que é pelo uso que se preserva o patrimônio, pois o esvaziamento das casas acarretou o arruinamento da vila tombada.

Contraditoriamente, os bens culturais que deveriam ser conservados por expressar as lutas contra o poder (REBERIOUX, 1992; SCIFONI, 2013) tiveram um fim trágico mediante à ação do Estado e das empresas. É também o caso da demolição da Vila Riza, vila ferroviária localizada no interior do Complexo Ferroviário (ver Figura 1 – D). A Vila Riza, construída na década de 1940, foi demolida para ceder lugar à nova rodoviária e terminal urbano da cidade, o Terminal Multimodal de Campinas, finalizado em 2008. Cinco edificações foram mantidas e recuperadas para abrigar serviços e comércio. Conforme discurso do poder público municipal nos jornais impressos, a ação é parte de um processo de revitalização urbanística da área. Conforme pudemos constatar, apesar do estudo de tombamento aberto, houve o descumprimento da lei pelo poder público, que demoliu bens que estavam sob proteção.

O que percebemos em campo é que houve a reforma de alguns dos imóveis da antiga vila ferroviária demolida, mas os mesmos, sem nova função, foram depredados e estão se deteriorando novamente. Além disso, recentemente, o conselho municipal de preservação, o CONDEPACC, tombou 33 bens representativos do patrimônio ferroviário em Campinas³¹. Tratam-se de construções, maquinários, locomotivas e vagões que fazem parte do complexo ferroviário citado. Conforme resolução do conselho, na poligonal da área do agora chamado “Parque Cultural Ferroviário”, foi considerada a antiga fábrica Lidgerwood (Museu da Cidade), mas, curiosamente, não são mencionadas a praça defronte ao “parque” nem as vilas tombadas que compõem o seu entorno imediato, e que são parte do mesmo contexto histórico da urbanização da cidade³².

Como argumentado, o tombamento das habitações operárias e de alguns dos bens relativos ao patrimônio urbano-industrial parece insuficiente, sobretudo quando não é acompanhado de política pública intersetorial que lhes garante função e uso. No entanto, apesar das críticas à patrimonialização, ainda estamos distantes de romper com o paradigma da cenarização do patrimônio para o turismo e para o consumo cultural e, apesar dos avanços práticos, estamos distantes também de incluir as comunidades locais para que usufruam dos benefícios da patrimonialização, quer seja, o resgate da memória coletiva e a conservação das identidades. Apesar disso, acredita-se ser possível vincular preservação e reestruturação urbana, desde que os aspectos

29 Os prédios, datados de 1891, serviram a hospedagem dos imigrantes europeus, porém foram adquiridos pela Cia. Mogiana de Estradas de Ferro para servir de escritório. Atualmente, ali funciona a Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas - EMDEC.

30 Essa informação foi retirada do processo 003/90 referente ao tombamento dos conjuntos de habitações operárias. Três projetos foram criados para a Vila Manoel Freire, mas o desentendimento entre proprietários-herdeiros, moradores, empresários e investidores impediu o sucesso dos projetos. O conselho municipal intermediou as negociações entre o principal proprietário-herdeiro da Vila Manoel Freire e as empresas Tropical Construtora Imobiliária de Piracicaba e, atualmente, com a NHL Produções Artísticas e Culturais, mas nenhum dos projetos aprovados foi executado.

31 Conforme resolução nº 129 de 12 de junho de 2014.

32 Conforme retificação da resolução nº 130 de 12 de junho de 2014 publicada no diário oficial do município em 16 de junho de 2014.

básicos sejam respeitados, como sugere Santos ([1987] 2002), quer seja, o caráter histórico das cidades, as exigências da modernidade e os direitos dos moradores.

O eventual êxito do patrimônio, no sentido atribuído por Meneses (1992; 2012), passa por uma postura teórica que encontre um equilíbrio entre distintos valores do patrimônio cultural e seus potenciais usos sociais. Valoração que depende do reconhecimento de que a diferenciação do patrimônio cultural nas categorias histórico, arquitetônico, natural, intangível, misto etc. ocorre apenas no plano analítico. No plano do vivido, é certo que todo patrimônio imaterial, o saber fazer, as tradições, a memória individual e coletiva etc. ocorrem sobre um território apropriado por um dado grupo ou classe social. O oposto também é válido, pois todo patrimônio material, seja ele um bem cultural ou um bem natural, possui já uma função simbólica e uso determinado pela estrutura socioespacial.

Fica evidente, diante das dezenas dos tombamentos, ainda que fragmentados e emergenciais, a ação política em oposição à lógica da revalorização imobiliária, mas, essa última lógica, associada à imagem da cidade projetada pelo poder público, parece impor-se como prioridade sobre a cidade real, praticada pelos de baixo, sobretudo quando ocorre a disseminação, com auxílio de parte da mídia local, de visões negativas e interesseiras, desconsiderando a origem e a multiplicidade de usos no local. Ironicamente, o poder público utiliza o discurso da preservação do patrimônio cultural conforme interesses convenientes, inclusive para a realização de demolições, a exemplo do que ocorreu com a Vila Riza³³. Como bem explicitou S. Zukin (1996, p. 209, grifos no original), “Enquanto o enobrecimento redefine o significado social de um *lugar* especificamente histórico para um segmento do *mercado* imobiliário, a descentralização redefine o mercado imobiliário em termos de um sentido de lugar”.

Ainda, o próprio conselho municipal de preservação parece reproduzir essa fragmentação, quer seja pela instituição de tombamentos apenas em caráter de urgência, quer seja na delimitação do atual “parque ferroviário” sem considerar as vilas operárias e ferroviárias³⁴. Um olhar atento pode encontrar as casas ferroviárias no espaço da nova rodoviária, mas o que representam com as suas janelas e portas trancadas? Elas indicam que algumas ações pontuais estão sendo implementadas, mas ainda de modo segmentado, pois não se trata apenas de um problema associado à conservação de patrimônio cultural, mas também de um problema de habitação para a população empobrecida³⁵.

Antes de concluir a análise, vale retomar a participação dos principais agentes envolvidos no caso.

33 Apesar de o tombamento equiparar teoricamente o valor simbólico e cultural ao valor mercadológico de determinadas propriedades, o caráter predominante de resoluções de tombamento que determina a proteção das fachadas e da volumetria informa sobre a real possibilidade de reestruturação interna dos imóveis e modificações das funções. Nesse sentido, os tombamentos são tão importantes quanto as demais normas para disciplinar as transformações do espaço (Plano Diretor do Município e a Lei de Zoneamento que indicam, dentre outros, os usos possíveis, os índices de aproveitamento dos terrenos etc.), pois, ao restringirem as reformas, ampliações e demolições, servem inclusive para controlar ou intensificar a especulação imobiliária.

34 Em entrevista com antigos moradores da Vila Riza, tivemos conhecimento de que as privatizações da ferrovia, nos anos 1990, e as demissões em massa contribuíram para a deterioração dos imóveis, pois, além da saída de moradores que cederam as suas casas para parentes, muitos deixaram de receber auxílio na manutenção dos prédios. Ou seja, o empobrecimento de parte significativa dos moradores colocou-os em situação de vulnerabilidade. Tais conflitos impõem limites para a visibilidade e o reconhecimento do patrimônio, de modo que a apropriação da área histórica pelos pobres parece opor-se à imagem que o poder público, aliado aos empresários, busca imprimir da cidade.

35 A extensa área do complexo e de seu entorno gera expectativas dos setores imobiliários e dos transportes. As restrições dos tombamentos geram disputas e dividem opiniões. Os projetos do Trem de Alta Velocidade – TAV Brasil ou do Trem Intermetropolitano preveem a utilização do espaço do complexo, mas não antes de novas desapropriações e demolições. Por ora, esses projetos permanecem parados, mas os gargalos no transporte sugerem que há possibilidades de serem retomados, um ou outro.

a) Grupo Preservacionista Febre Amarela – o grupo de intelectuais militantes em defesa do patrimônio cultural de Campinas, formado em fins dos anos 1970. O grupo foi responsável pelo pedido de tombamento das vilas operárias e de outros vários imóveis da cidade.

b) CONDEPHAAT – o conselho estadual de preservação realizou diversos tombamentos na cidade e abriu o estudo de tombamento das vilas operárias, em 1985, a partir de pedido do grupo Febre Amarela, mas arquivou o processo.

c) Poder Público Municipal – por meio do poder executivo e das secretarias e departamentos, em especial, o Departamento de Urbanismo, responsável pela interdição e demolição de exemplares do patrimônio urbano-industrial da cidade.

d) CONDEPACC – o conselho municipal de preservação foi responsável por muitos dos tombamentos de bens relativo ao patrimônio urbano-industrial, juntamente com a Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural – CSPC, órgão técnico da instituição de preservação, responsável pela aprovação de projetos, por pareceres técnicos e aprovação de projetos, fiscalização das obras e dos possíveis danos causados sobre os bens tombados. A CSPC intermediou as negociações entre o principal proprietário-herdeiro da Vila Manoel Freire e empresas para sua refuncionalização, mas nenhum dos projetos aprovados pela CSPC foi executado.

e) Proprietários – herdeiros das vilas – não garantiram e abandonaram a manutenção dos imóveis aos inquilinos, desde a abertura do estudo de tombamento pelo CONDEPHAAT, em 1985, contribuindo para a deterioração dos bens.

f) Moradores – a ocupação das casas dos conjuntos operários por famílias de baixa renda indica um conflito direto entre os interesses de propriedade dos imóveis e sujeitos sociais em situação de vulnerabilidade, assistidos por uma ineficiente política para a habitação popular. Como mostramos, são eles os principais responsáveis pela conservação dos imóveis tombados.

g) Jornalistas da mídia impressa local – em especial os artigos de Maria Teresa da Costa, que acompanharam e denunciaram o descaso para com o patrimônio cultural da cidade.

h) Promotoria pública – o promotor José Roberto Carvalho Albejante abriu processo contra o poder público municipal pelo descaso com os imóveis tombados. O executivo do poder municipal recorreu, responsabilizando os proprietários.

Por fim, as dificuldades na preservação de bens privados esbarram no direito de propriedade que dificulta as ações diretas sobre os bens tombados. O descaso de proprietários de imóveis tombados exige que as questões sejam resolvidas em outras instâncias jurídicas. O conselho de preservação municipal possui a capacidade de cercear normativamente os bens para que cumpra seu papel cultural perante a sociedade, mas tem reduzido poder sobre o destino que o proprietário dá a sua propriedade. Além disso, com a desinformação e o desinteresse dos proprietários, quase não houve pedidos de isenção de IPTU, tampouco a solicitação para transferência de potencial construtivo dos imóveis tombados, por exemplo. Mesmo as multas aplicadas aos proprietários que danificaram os imóveis sob proteção pouco ou nenhum efeito surtiram, pois foram ignoradas pelos proprietários dos imóveis e se acumulam, aguardando decisão judicial.

Considerações finais

A análise da formação, das atuais tendências de preservação e reestruturação da cidade de Campinas permitem paralelos acerca da urbanização contemporânea nas diferentes escalas. A análise realizada dos conflitos pela preservação do patrimônio urbano-industrial revelou, ao menos em parte, as disputas pela produção e apropriação do espaço urbano, tanto do ponto de vista material como simbólico.

Em grande medida, apesar dos acessos viários (antigos, como o túnel de pedestres, e novos, como os túneis viários sob os trilhos ferroviários), o bairro da Vila Industrial permanece num relativo isolamento físico, em relação ao entorno urbano. Um muro de aproximadamente dois metros de altura, que circunda todo o complexo de edifícios ferroviários, e a própria ferrovia são uma barreira entre a Vila Industrial e o centro da cidade. Certamente, essa condição influi até hoje na conservação espontânea de parte significativa das características histórico-arquitetônicas do bairro.

Como analisado, desde os anos 1980, com a transferência e os fechamentos de fábricas e, posteriormente, com a privatização das ferrovias e a desativação da estação ferroviária, ocorreria a migração gradual dos antigos trabalhadores e moradores. Nesse processo, o bairro veio recebendo gradualmente novas funções, sobretudo os comércios, ligados à dinâmica da reprodução dos moradores, mas também serviços (escolas, centros de estética, restaurantes, faculdades, estúdios de música, barbearias ao estilo *barber shop*, estúdios de tatuagem etc.) e dezenas de centros religiosos diversos (umbanda, espírita, neopentecostal etc.). Não menos importante, o intenso processo de verticalização do bairro vem imprimindo novos fluxos diários, ocasionando distintas relações entre os moradores antigos, tendo que dividir espaço com os novos moradores, dos novos edifícios residenciais, mas também com o crescente número de moradores empobrecidos interessados no aluguel mais baixo dos imóveis.

Desse modo, compreende-se que, com a reestruturação do sistema econômico e das cidades, novas funções e diferentes modos de apropriação do território, a exemplo do que ocorre diante do denominado patrimônio cultural acumulado pelas sociedades, estão em processo. Nos termos de Santos ([1987] 2002), é certo que a disseminação do fenômeno técnico pelas sociedades possibilita, dentre outras coisas, o reconhecimento do valor simbólico do território e de que muitos de seus bens culturais (materiais e imateriais) estão intrinsecamente atrelados à reprodução da vida e em disputa. Como visto, em Campinas, a luta política pela preservação que levou à institucionalização do conselho municipal do patrimônio cultural, o CONDEPACC, é representativa da tomada de consciência e da luta pela memória urbana, contrária à renovação física e mercadológica da cidade. Sobretudo, o elevado número de tombamentos associados à dimensão cotidiana do trabalho indica uma tendência política de preservação da memória trabalhadora, ferroviária e industrial.

Entretanto, como argumentado, muitos dos tombamentos contribuíram contraditoriamente para o arruinamento de exemplares do patrimônio urbano-industrial de Campinas. Inclusive, a demolição da Vila Riza para a construção do novo terminal rodoviário, apesar do estudo de tombamento aberto, anuncia um projeto maior, levado a cabo pelo poder público municipal e por empresários, de transformação de toda a região central de Campinas. Nesse último caso, houve a opção pela destruição de parte do patrimônio industrial em prol da valorização mercadológica e da fluidez do espaço. Por fim, diante da multiplicidade de representações da cidade, sua memória e devir, é preciso considerar, ainda que pareça banal, que o patrimônio cultural, conforme Nigro (2010), ocorre em algum lugar, um espaço vivido, possuindo, portanto, um território que é usado e apropriado por algum grupo social, a fim de possibilitar que os valores afetivos e pragmáticos (os valores de uso) sejam também conservados.

Referências

- BADARÓ, R. S. C. (1996). *Campinas: o despertar da modernidade*. Campinas: CMU – Unicamp. 161 p.
- BAENINGER, R. (1996). *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP. 148 p.
- BERTINATO, W. L. V. (2012). *A história da preservação do patrimônio cultural em Campinas*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 426 p.
- CARLOS, A. F. A. (2007). Diferenciação socioespacial. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 45-60.
- CORREA, R. L. (1989). *O espaço urbano*. São Paulo: Ática.
- COSTA, E. B.; SCARLATO, F. C. (2009). As fases da reprodução do patrimônio cultural brasileiro: interpretação e valoração da paisagem urbana da gênese colonial à mercantilização das cidades históricas no Brasil. *OLAM – Ciência e Tecnologia*, Rio Claro, ano IX, v. 9, n. 1.
- COSTA, E. B. (2008). A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial. *OLAM – Ciência e Tecnologia*, Rio Claro, ano VIII., v. 8, n. 1.
- COSTA SANTOS, A. (2002). *Campinas das origens ao futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732 – 1992)*. Campinas: Unicamp, 2002. 400 p.
- FRANCISCO, R. C. (2008). Inventário como ferramenta de preservação: a experiência da cidade de Campinas/SP. *Revista CPC*, São Paulo, n. 6, p. 119-141.
- JEUDY, H. (2005). *O espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da palavra.
- KÜHL, B. M. (2010). Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. *USJT – ARQ.URB*, São Paulo, n. 3.
- LAPA, J. R. A. (1996). *A cidade os cantos e os antros – Campinas 1850 – 1900*. São Paulo: Universidade de São Paulo. 361 p.
- LEITE, R. P.; PEIXOTO, P. (2009). Políticas urbanas de patrimonialização e contrarrevanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 21, ano 10, p. 93-104.
- LEFEBVRE, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- HARVEY, D. (2006). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2ª edição, p. 163-191.
- LENCIONI, S. (1994). Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, n. 38, p. 54-62.
- MARTINS, J. S. (1992). *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio de São Paulo: São Caetano do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo: Hucitec.
- MENDES, J. C. (1963). *Efemérides Campineiras 1739 – 1960*. Campinas: Gráfica Palmeiras. 200 p.
- MENESES, U. T. B. (1992). O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH.
- _____ (2012). O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: *Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Brasília: IPHAN.

- MONNET, J. (1996). O álibi do patrimônio: a crise da cidade, gestão urbana, nostalgia do passado. In: ARANTES, A. A. (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 24, p. 205-219.
- NASCIMENTO, F. B.; SCIFONI, S. (2012). Memória e esquecimento: o patrimônio cultural dos trabalhadores paulistas. *Anais do VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial*. São Paulo: Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.
- NETO, J. R. C. (2012). Avanços e desafios na preservação do patrimônio ferroviário pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Anais do VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial*. São Paulo: Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.
- NIGRO, C. (2010). As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. S. (Org). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, p.55-80
- PAES-LUCHIARI, M. T. Duarte (2006). Patrimônio cultural: uso público e privatização do espaço urbano. *Geografia*, Rio Claro, v. 31, n. 1, p. 47-60.
- PEDROSO, F. (2007). *O centro de Campinas (SP): Usos e transformações*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Geociências, Campinas.
- PUPO, B. B. (1980). Nascimento e progresso da Vila Industrial (A estação Fepasa na vida de Campinas. *Correio Popular*, Campinas, 19 de dezembro.
- REBERIOUX, M. (1992). Os lugares de memória operária. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, p. 49-53.
- RODRIGUES, F. (2012). A patrimonialização do cotidiano: desafio para as políticas públicas. *Revista RUA*, v. 2, n.18. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/anteriores/pages/home/capaArtigo.rua?id=138>. Acessado em: 22 mai. 2021.
- RICCI, F. (2012). Vilas operárias de Taubaté: um estudo introdutório. *Anais do VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial*. São Paulo: Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.
- ROCHA, R. (2012). O conjunto operário da Vila Belga em Santa Maria (RS). *Anais do VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial*. São Paulo: Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.
- ROXO, R. (2013). *A Vila Industrial e o patrimônio histórico-arquitetônico de Campinas (SP): entre a conservação e a reestruturação urbana*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. 146 p.
- _____ (2020). A formação urbana de Campinas (SP): de pouso à margem do caminho do ouro a lugar mundial. *GEOSUL* (UFSC), Florianópolis, v. 35, p. 38-63.
- SALCEDO, R. F. B. et al. (2012). Vilas ferroviárias da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB), Bauru km. 0. *Anais do VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial*. São Paulo: Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.
- SANTOS, M. ([1987] 2002). Modernidade e memória. In: *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, p. 24-30.
- Santos, R. H. V. (2012). *Vila operárias como patrimônio industrial: como preservá-las*. São Paulo: IPHAN.
- SCIFONI, S. (2013). Lugares de memória operária na metrópole paulista. *GEOUSP – espaço e tempo*, São Paulo, n. 33, p. 98-110.
- SMITH, N. (2007). Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 21, p. 15-31.

VELASCO, L. A. (2005). *Além do túnel, uma vila* - histórias e personagens do primeiro bairro-operário de Campinas. Campinas: PUC-Campinas. 116 p.

VILLAÇA, F. (2001). *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp. 373 p.

ZUKIN, S. (1996). Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando culturas e poder. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 24, p. 205-219.